

**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## Novas interpretações para fontes primárias nos estudos da (trans)formação do território no interior paulista, no século XIX.

**Me. Ana Beatris Fernandes Menegaldo**  
POSURB-ARQ PUC-Campinas-SP

**Prof. Dr. Rafael Augusto Silva Ferreira**  
Fundação Educacional de Guaxupé-MG

**Profa. Dra. Renata Baesso Pereira**  
POSURB-ARQ PUC-Campinas-SP

*As representações de uma época não  
são nem puros reflexos, nem vidros opacos.*  
**Bernard Lepetit**

### Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural.

---

*Os processos de ocupação territorial e (trans)formação das redes urbanas dos municípios de Caconde e Campinas, no decorrer do século XIX, são bastantes distintos. Relacionados à abertura do caminho dos Goíases, ainda no setecentos, as duas localidades desenvolveram trajetórias singulares, distantes tanto geograficamente quanto em termos econômicos, populacionais e de estágios de urbanização. Através de séries documentais coevas, comuns a ambos, o presente artigo objetiva demonstrar o processo de ocupação territorial dos núcleos urbanos ao longo do século XIX, com especial atenção para as fontes primárias utilizadas e suas articulações na construção de novas questões. A metodologia se vale do entrecruzamento de fontes primárias e sua espacialização na modelagem de cartografias a fim de demonstrar o processo de construção do território e dos espaços urbanos. A partir do jogo de temporalidades e escalas geográficas, as fontes primárias lançam luz sobre a inserção regional de determinados agentes modeladores, membros de uma elite senhorial regional. Do trato com as fontes, emergem questões sobre a relação entre o espaço rural, periurbano e urbano, o papel das fazendas e dos bairros rurais na formação e transformação de novas povoações e a diversidade de atuações e investimentos de alguns desses agentes.*

*Palavras-chave: Pesquisa documental; fontes primárias; história urbana; Caconde-SP; Campinas-SP.*

### **New interpretations for primary sources in studies of the (trans)formation of territory in the interior of São Paulo, in the 19th century.**

---

*The processes of territorial occupation and (trans)formation of the urban networks of the municipalities of Caconde and Campinas, during the 19th century, are quite different. Related to the opening of the Path of Goíases, still in the seventeenth century, the two urban centers developed unique paths, distant both geographically and in economic terms, population and stages of urbanization. Through contemporary documentary series, common to both, this article aims to demonstrate the process of territorial occupation of urban centers throughout the 19th century, with special attention to the documentary sources used and their articulations in the construction of new questions. The methodology uses the intersection of primary sources and their spatialization in the modeling of cartography to demonstrate the process of construction of the territory and urban spaces through spatiality. From the game of temporalities and geographic scales, the primary sources shed light on the regional insertion of certain modeling agents, members of a regional manorial elite. From the primary sources, questions emerge about the relationship between rural, peri-urban and urban spaces, the role of farms and rural neighborhoods in the formation and transformation of new settlements and the diversity of actions and investments of some of these agents.*

*Keywords: Documentary research; primary sources; urban history; Caconde-SP; Campinas, sp.*

## Nuevas interpretaciones para las fuentes primarias en los estudios de (trans)formación del territorio en el interior de São Paulo, en el siglo XIX.

*Los procesos de ocupación territorial y formación de redes urbanas en los municipios de Caconde y Campinas, durante el siglo XIX, son bastante diferentes. Ambos relacionados con la apertura del camino de Goiases, todavía en el siglo XVII, los dos centros urbanos desarrollaron caminos únicos, distantes tanto geográficamente como en términos económicos, de población y etapas de urbanización. A través de series documentales coetáneas, comunes a ambas, este artículo pretende evidenciar el proceso de ocupación territorial de los centros urbanos durante el siglo XIX, con especial atención a las fuentes documentales utilizadas y sus articulaciones en la construcción de nuevos interrogantes. La metodología se apoya en la intersección de fuentes documentales y cartográficas y su espacialización en la creación de cartografía para evidenciar el proceso de construcción del territorio y los espacios urbanos. A partir del juego de temporalidades y escalas geográficas, las fuentes primarias arrojan luz sobre la inserción regional de determinados agentes sociales, miembros de una élite regional. Del abordaje de las fuentes surgen interrogantes sobre la relación entre lo rural y lo urbano, el papel de las fincas y los barrios rurales en la formación de nuevos asentamientos y la diversidad de acciones e inversiones de algunos de estos agentes.*

*Palabras clave: investigación documental; fuentes primarias; historia urbana; Caconde-SP; Campinas, sp.*

### 1. Introdução

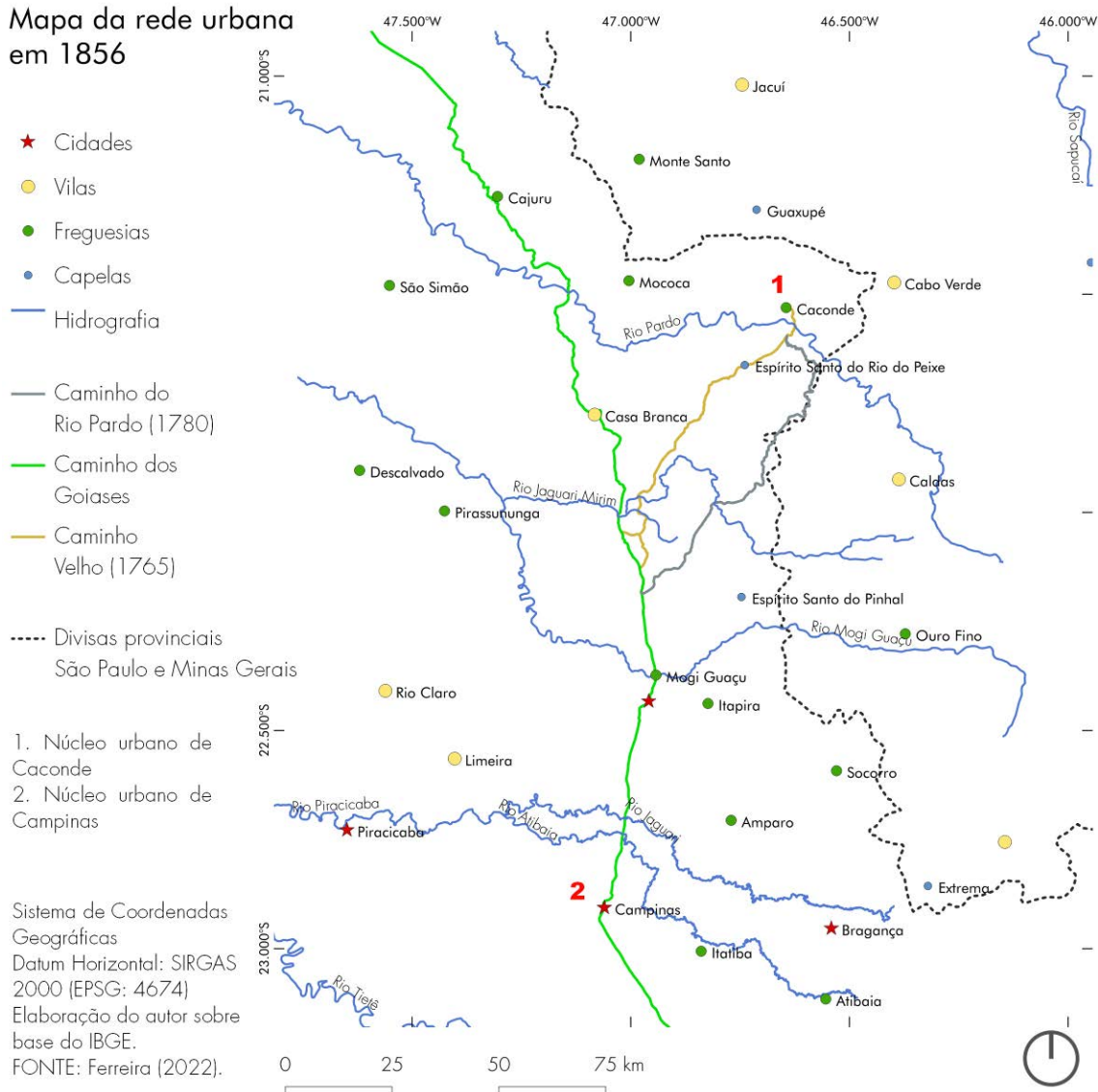
O tema do presente artigo faz parte de estudos mais amplos<sup>1</sup> e trata do uso de fontes documentais (textuais e cartográficas) no campo da História Urbana<sup>2</sup>. O objetivo é discutir a utilização de fontes primárias e metodologias para o avanço de estudos que versam sobre o processo de ocupação do território e a urbanização<sup>3</sup>, a partir de dois estudos de caso, quais sejam, a formação do território e do espaço urbano dos municípios de Caconde e Campinas, na província de São Paulo, no século XIX.

A investigação elucida, através de uma análise regional estruturada em dois estudos de caso, como é possível articular o universo da fonte documental enquanto denominador comum para pesquisas centradas em localidades distintas e situadas em diferentes estágios de urbanização. Dessa forma, apresentam-se análises, que caminham no sentido de avançar na compreensão do processo de transformação dos espaços rurais em espaços urbanos e periurbanos, para a cidade de Campinas-SP e para a freguesia de Caconde-SP, a partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX (mais especificamente durante o Segundo Império e a Primeira República).

Em relação à Campinas-SP, o estudo de caso, parte do desenvolvimento de pesquisa de doutorado<sup>4</sup> que tem por propósito contribuir para o debate do uso de fontes documentais primárias diversas como interessante recurso para desvelar a formação histórica e o desenvolvimento urbano da cidade de Campinas-SP, ao longo do século XIX. Demonstra-se, portanto a articulação metodológica seguindo a trajetória dos agentes modeladores pertencentes a família Souza Aranha, um dos principais sobrenomes relacionados à elite senhorial, na ocupação e produção do espaço rural, periurbano e urbano consolidado de Campinas. Já para Caconde-SP, o estudo de caso apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa mais ampla<sup>5</sup>, acerca da formação territorial e da fundação de núcleos urbanos por meio da doação de patrimônios de capelas, denominados, pela historiografia, como patrimônios religiosos (GHIRARDELLO, 2010), no território da vila de Casa Branca, na província de São Paulo.

O mapa da figura 1 demonstra a relação na macroescala entre os dois estudos de caso, em 1856, época da realização dos Registos Paroquiais de Terras. Campinas desenvolveu-se a partir de um pouso, no antigo trajeto do caminho dos goiases, enquanto Caconde, apesar de não se situar diretamente junto a esse eixo, está situada no encontro de dois outros caminhos, que derivam do tronco principal do caminho de goiases, abertos na segunda metade do XVIII.

## Mapa da rede urbana em 1856



**Figura 1.** Mapa georreferenciado, demonstrando a rede urbana na fronteira entre as Províncias de São Paulo e Minas Gerais. FONTE: Municípios e Distritos (2011) e Barbosa (1971). Elaboração dos autores em Qgis (2022).

O estado da arte sobre a formação de ambos os territórios é composto por pesquisas consagradas na historiografia. Nos apoiamos nos estudos de Bueno (2012, 2016a, 2016b, 2017, 2021), que defende a ampliação das conotações sobre os processos de urbanização das cidades brasileiras. Conforme a autora, a historiografia tradicionalmente se orientou pelos estudos das vilas e cidades em detrimento dos demais núcleos de povoação, que se espalhavam pelo território e cumpriam diferentes funções (2021).

Em termos teórico-metodológicos, a pesquisa está circunscrita pelos campos da história da urbanização e da geografia, em específico da geo-história, e vale-se dos conceitos de rede urbana (REIS FILHO, 1968), do jogo de escalas e temporalidades (LEPETIT, 2016) e de agentes modeladores (VASCONCELOS, 1997) do território e dos espaços urbanos.

Em ambos os estudos de casos, pode-se definir os agentes responsáveis tanto pela fundação de novos núcleos urbanos, quanto pela transformação dos espaços rurais em tecido urbano pelo conceito de “agentes modeladores” do território e do espaço urbano. Compreende-se o agente enquanto aquele que direciona ações e funções no processo de construção urbana (VASCONCELOS, 1997). As consequências de suas práticas se materializam na produção de formas espaciais.

Adotamos as proposições do historiador Bernard Lepetit (2016), levando em conta a abordagem micro-histórica, ou seja, ações específicas às trajetórias individuais dos agentes e suas reverberações espaciais. Os indivíduos são atores inscritos em um sistema de relações estabelecidas e definidas a partir da ação na situação. O indivíduo assume o papel do ator ou do agente dentro do espectro da construção social, dando sentido às práticas comportamentais e projetando formas e representações espaciais (LEPETIT, 2016, p.30).

O referencial teórico-metodológico descrito dá suporte à interpretação de fontes primárias diversas. A pluralidade de matrizes documentais adiciona novas perspectivas analíticas ao objeto de estudo e seus questionamentos.

## 2. Uma breve reflexão sobre fontes documentais.

A maioria das fontes primárias analisadas no presente trabalho, na sua origem, não foi produzida com o objetivo de documentar o espaço urbano. Entre as fontes, estão: listas nominativas de habitantes (como maços de população), registros civis (matrimônio), registros de caráter fundiário (tombamento de bens rústicos de 1818 e os registros paroquiais de terras), inventários *post mortem*, almanaques, anúncios veiculados junto à imprensa local e cartografia histórica. Contudo, cada vez mais, novas pesquisas têm utilizado fontes documentais pouco usuais para analisar a formação do urbano e a inserção de determinados agentes sociais, justamente pelo caráter serial inerente a essas fontes, além do potencial de cruzamento com outros dados.

O olhar do arquiteto e urbanista enquanto pesquisador tem muito a contribuir no campo da história urbana. As habilidades de leitura do espaço desenvolvidas por esse profissional durante sua formação são valiosas na interpretação de fontes primárias, permitindo enxergar o documento sob perspectivas que extravasam a narrativa textual e que conferem resultados espaciais, gráficos e dinâmicos. É a interpretação espacial que abre as possibilidades visuais e analíticas que o dado textual bruto muitas vezes não se encarrega de fazer. O processo de manipulação ou “modelagem” do dado – extraído da fonte textual, processado e espacializado – esclarece lógicas sociais e revela camadas históricas. Proceder a espacialização de dados não é uma tarefa fácil, porém permite entrever aspectos invisíveis do processo, seus ritmos, dinâmicas e lógicas<sup>6</sup> (MENEGALDO e PEREIRA, 2022, p.03).

A discussão sobre as fontes documentais é válida, uma vez que a intenção do presente trabalho é apresentar o manuseio de documentos primários que em sua origem e seu contexto de produção não foram elaborados com a pretensão de fundamentar questões urbanas ou análises dessas naturezas. Ainda que sejam documentos (em sua maioria textuais) que vêm de matrizes diversas e já tenham sido discutidos pela historiografia, em análises distintas, o presente trabalho enseja pensar novas perspectivas da história urbana através da sua compilação e cruzamento.

Procura-se extrair das fontes textuais informações espaciais pouco evidentes, que permitem a apreciação de novas questões. As pesquisas, partem, portanto de um mesmo princípio metodológico: a localização das séries ou fontes documentais primárias, a interpretação e transcrição, a sistematização dos dados e, por fim, o cruzamento dos mesmos. O resultado desse cruzamento é lançado por meio da elaboração de bases espaciais (modeladas em softwares SIG ou CAD e *Raster*) que revelam um campo espacial de análise, que a fonte textual original, amiúde, não permite entrever<sup>7</sup>. Cruzar as fontes entre si, com representações do passado, constrói um senso de relações, em que todo o sentido está na relação entre diferentes níveis da organização social (LEPETIT, 2016, p.21).

Uma parte dos estudos de caso se apoia em métodos do SIG Histórico, que é uma denominação genérica utilizada em trabalhos que utilizam tecnologias geoespaciais na pesquisa histórica. Como um método de pesquisa para a história urbana, o SIG Histórico oferece diversas ferramentas para organizar informações históricas e visualizá-las em seu contexto geográfico, examinando diferentes escalas, sobrepondo diferentes temporalidades e integrando dados de

naturezas distintas em uma mesma base espacial. Ao situar a história em seu contexto geográfico, o SIG Histórico se vale da informação geográfica para elucidar o passado. (KNOWLES, 2008, p. 3)

### **2.1 O olhar crítico sobre os registros paroquiais de terra.**

O conjunto dos registros paroquiais de terras (doravante RPT) para a freguesia de Caconde e para o município de Campinas foram elaborados entre os anos de 1854 e 1857, a partir de declarações manuscritas (148 páginas para Campinas e 112 páginas para Caconde). Os RPT foram produzidos em todas as freguesias do Império do Brasil entre 1854 e 1857 como desdobramentos da Lei de Terras (BRASIL, 1851), regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854 (BRASIL, 1854), compondo uma política que tinha como objetivos primordiais a discriminação das terras públicas daquelas em domínio particular e a regulamentação do acesso à terra no país, com vistas a sua ocupação por trabalhadores livres.

Para analisar os RPT, nos valem de métodos desenvolvidos por Laguardia, a fim de referenciar a distribuição de propriedades à sua região originária (LAGUARDIA, 2015), ou seja, unir os aspectos geográficos às informações históricas da propriedade fundiária (ibidem, p. 154). Conforme destaca Laguardia, os RPT são uma fonte rica em informações possíveis de serem espacializadas, mas que não foram devidamente explorados em todo o seu potencial.

### **2.2 Inventários post mortem enquanto séries documentais fundamentais.**

Destaca-se a análise dos inventários *post mortem* como séries documentais imprescindíveis para o avanço na investigação das trajetórias pessoais dos agentes modeladores estudados. Essa série, ainda que não tenha seu contexto de produção vinculada às análises urbanas e territoriais, se mostra como um recurso profícuo, no sentido de “dar vida”, de auxiliar a reconstrução das trajetórias familiares e individuais, bem como na reconstrução e de bens materiais pertencentes a tais indivíduos, ao longo do século XIX.

Para Furtado, embora esses documentos tenham sido produzidos no contexto do falecimento de um indivíduo, contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos da sua vida, bem como da sociedade em que ele viveu (*in* Pinsky e Luca 2021, p.93). Indo nesse caminho, é destacável, para esta pesquisa, o quanto os autos de avaliações contidos nos inventários revelam uma diversidade de informações e que, por consequência, permitem ampliar as análises. São nos autos dos inventários que o espólio do inventariado ou inventariada é descrito e avaliado. Um exemplo de como estes documentos trazem informações fecundas às análises no campo da história urbana, é a descrição, em geral minuciosa, dos bens de raiz, propriedades urbanas e outras aquisições e investimentos (ações) pertencentes ao inventariado. Nos inventários dos agentes pertencentes à família Souza Aranha, só foi possível reconstituir a aquisição de imóveis urbanos, a progressão na quantidade de propriedades rurais, situadas no termo da cidade Campinas, e a ampliação dos investimentos com o passar das gerações, através da leitura e análise dessa série documental.

A estrutura formal desse documento via de regra se mantém, porém o teor do conteúdo é bastante variável, muito em função do caráter ligado a trajetória de vida do indivíduo. Apesar de serem documentos produzidos de forma padronizada pelo Direito Civil e Processual, onde o indivíduo tem todos seus bens arrolados e avaliados, cada inventário possui características particulares.<sup>8</sup> Essa especificidade se deve à própria natureza do documento que retrata fenômenos individuais, fato que amplia ainda mais seu valor como fonte primária, pois permite ao investigador aprofundar suas investigações sobre estudos de caso.

Sobre as possibilidades analíticas que esta série oferece Oliveira (2014, p.205) aponta que esta documentação oferece “pistas diretas ou indiretas sobre as funcionalidades das inúmeras divisões, dimensões das mesmas e da anatomia dos interiores”, por exemplo. Na mesma

medida, a possibilidade da reconstituição conjectural de exemplares de arquitetura, se fazem possível através do manuseio dessa série, para tanto recomenda-se ver Menegaldo (2019). Enxerga-se, portanto, um potencial de reconstituição espacial no uso dessa série documental. Seguindo a natureza documental a autora, ao compilar um volume extenso de Inventários, aponta não haver uma linha de orientação uniforme: “dependendo muito da sensibilidade e interesse de quem os redige” (*Ibidem*, p.205).

### **3. Perspectiva histórica da cidade de Campinas-SP: práticas e estratégias de agentes modeladores da forma urbana da família Souza Aranha, no século XIX.**

O presente estudo de caso, como parte do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, tem por propósito contribuir para o debate do uso de fontes documentais primárias diversas como interessante recurso para desvelar a formação histórica e o desenvolvimento urbano da cidade de Campinas-SP, ao longo do século XIX. Demonstra-se, portanto, a articulação metodológica, seguindo a trajetória dos agentes modeladores pertencentes a família Souza Aranha, um dos principais sobrenomes relacionados à elite senhorial, na ocupação e produção do espaço rural, periurbano e urbano consolidado de Campinas.<sup>9</sup>

O atual município de Campinas-SP, tem sua formação oriunda à abertura do caminho dos Goiaes, tronco este que levava as tropas em direção aos sertões e as extensões auríferas. Em meados do século XVIII, a constituição do caminho, fomentou a concessão de sesmarias na localidade, configurando um pequeno pouso às margens do caminho, que mais tardiamente, constituiria o bairro das “Campinas do Mato Grosso”. A elevação desse território à condição de freguesia, ocorre em 1774, alcançando sua autonomia religiosa em relação à vila de Jundiá, e, em 1797, é lograda a autonomia política, por meio da elevação a categoria da, então, denominada vila de São Carlos.

Durante a primeira metade do século XIX, a vila de São Carlos, se sucedeu uma expressiva progressão da cultura do açúcar, contribuindo significativamente para o aumento populacional, econômico e da ocupação do termo da vila. Tal produção centra-se na “mão” de senhores, possuidores de extensos latifúndios, que articulam o sistema mercantil colonial, responsável pelo posterior êxito urbano da vila. Com a mudança do regime vigente, até 1822, as políticas nacionais, instituídas com o regime Imperial, corroboram para o processo histórico da formação da elite senhorial. Trata-se de uma articulação histórica-estrutural, na medida em que seu alcance, seus efeitos, sentidos, potencialidades, cristalizações simbólicas e institucionais, e principalmente, suas relações sociais condicionaram e ultrapassaram o âmbito das ações e intenções dos sujeitos singulares e reais-concretos, coletivos ou individuais (SALLES, 2008, p.52).

Conforme Bacellar (1997) tal conjuntura, representa um despertar de uma “visão empreendedora” no arbítrio da elite senhorial local formada na vila de São Carlos. Trata-se do momento, onde os incentivos advindos do Estado, fortalecem a base econômica (latifúndio como unidade produtora, eficaz pela mão de obra escravizada). A realidade econômica corrente levou as famílias originárias a organizarem estratégias e comportamentos sociais visando preservar, e se possível, concentrar suas novas rendas e status (BACELLAR, 1997, p. 57-58). A partir dos anos de 1830, o café é introduzido em meio ao aparato existente, em decorrência do largo plantio da cana, reforçando a rápida ascensão econômica, que é elevada à categoria de cidade no ano de 1842

A atuação da elite da elite senhorial, na cidade de Campinas, deve seu êxito à consonância na administração e articulação de bens nos níveis locais, provinciais e centrais, envolvendo famílias presentes desde a origem da localidade, e que mantiveram sua hegemonia política de controle do poder local e do seu patrimônio econômico, como é o caso por exemplo, dos Souza Aranha (LAPA, 1996, p.111).

### 3.1 *Os agentes modeladores da família Souza Aranha e a produção urbana na cidade de Campinas.*

A produção, iniciada pela cultura da cana e em curso pelo café, induz outras atividades produzidas onde a urbanização se materializa: a figura do agente modelador se traduz através do “grande capital cafeeiro, ou seja, em estratégias de diversificação dos lucros, ampliando a aplicação de seus investimentos (PEREIRA DA SILVA, 2013, p.190). De certa maneira o “metabolismo social” aspirado pelos agentes encontra na espacialidade seu meio de locução. O território é onde a urbanização desta elite encontra sua expressão mais eloquente (LAPA, 1996, p.103). Materializar ações em prol de iniciativas particulares desvela uma prática de produção urbana própria ao município de Campinas.

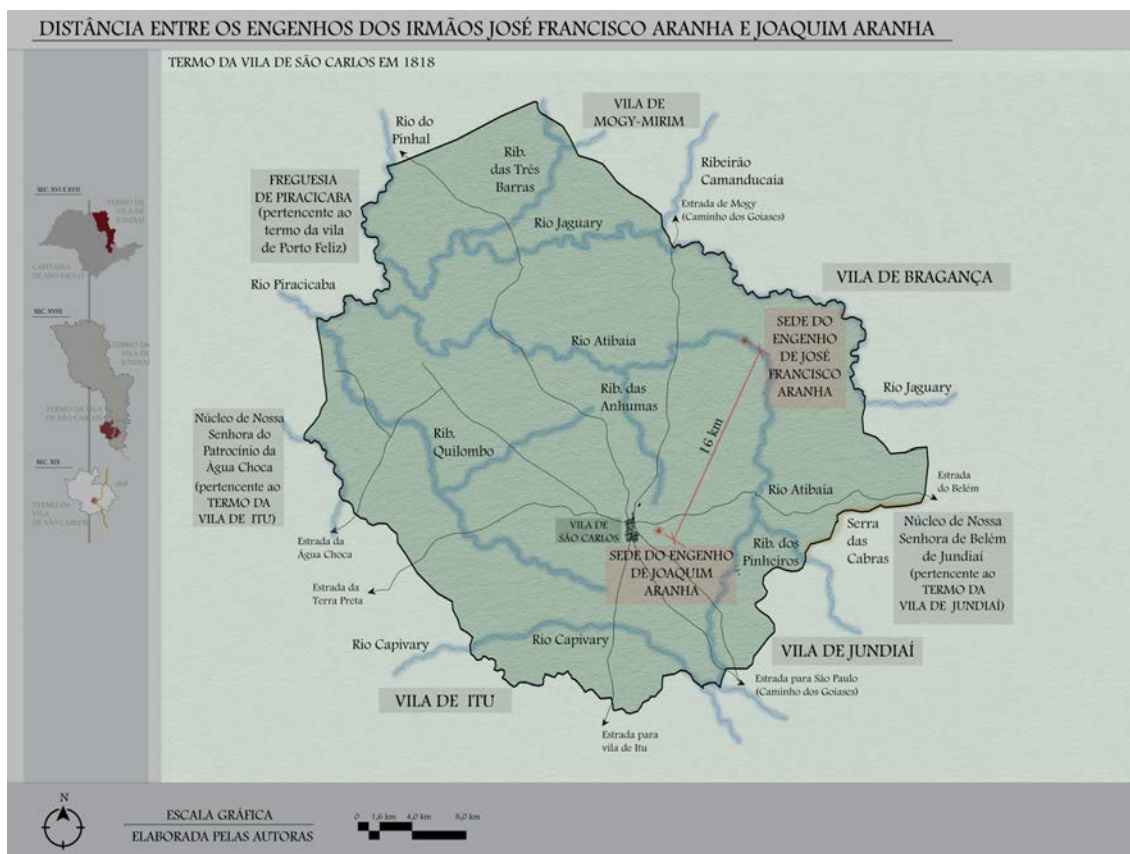
Para tanto, esta pesquisa trilha as trajetórias individuais de determinados agentes modeladores da família Souza Aranha, ao longo do século XIX. Por se tratar de uma genealogia bastante extensa, a estratégia de investigação de pauta na análise de agentes pertencentes a três gerações distintas (Figura 2).

Em uma primeira geração, definida através dos membros precursores a se fixarem junto ao termo da vila de São Carlos ainda nas primeiras décadas do século XIX, são estudados José Francisco Aranha Barreto de Camargo (conhecido como padre Aranha) e seu irmão Joaquim Aranha Barreto de Camargo, filhos do sargento mor Francisco Barreto Aranha e de Monica Maria de Camargo.

Ambos, migram da vila de Castro e fixam fogo na vila de São Carlos, na busca por terras férteis para início da produção de açúcar. Conforme aponta Ribeiro (2015, p.17), a inserção no âmbito social da família na vila foi rápida, através da condução de dois grandes latifúndios: o engenho do Atibaia, de José Francisco e o engenho do Mato Dentro de Joaquim Aranha. A família contava com recursos próprios ao fixar fogo na vila, ou seja, já possuía condições financeiras que permitiram a compra de terras e escravizados para iniciar suas produções.

Os irmãos Aranha (Joaquim e José Francisco), em 1818 têm seus engenhos próprios, listados junto ao Tombamento dos Bens Rústicos: o padre José Francisco Aranha consta como residente em seu engenho localizado junto do “Atibaia”, com 750 braças de testada e 1500 braças de sertão. Já o Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo aparece como residente em sua propriedade junto ao bairro do Matto Dentro, com 750 braças de testada e 100 braças de sertão<sup>10</sup>.





**Figura 2.** Hipótese de espacialização do termo da vila de São Carlos em 1818, pontuando as sedes dos engenhos do Atibaia de José Francisco Aranha Barreto de Camargo e do Mato Dentro de Joaquim Aranha Barreto de Camargo. FONTE: elaborada pelos autores). A base cartográfica foi elaborada baseado na interpretação e reconstituição do termo da vila de São Carlos por meio do “Mappa do município de Campinas- 1929”, localizado no Arquivo Municipal de Campinas. A partir dessa base, foi estruturada uma base vetorizada, com o auxílio do software AutoCAD. Os dados, como, a inserção de caminhos e a localização das sedes dos engenhos se fez possível através das análises documentais.

O engenho do Atibaia é passado, em 1839, aos herdeiros e supostos filhos de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, sendo respectivamente, os irmãos Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha. Em 1817, conforme arrolado ao recenseamento anual, o latifúndio contava com 34 escravizados<sup>11</sup>. Já em 1836, 79 escravizados são recenseados<sup>12</sup>. E, em 1839, a propriedade é herdada a Joaquim e Manoel, onde 101 escravizados são descritos e avaliados junto ao inventário *post mortem* do padre Aranha<sup>13</sup>.

Em suma os dados acima apontados, foram extraídos das listas nominativas de habitantes (que abrangem as localidades da Capitania de São Paulo) consistem em documentos já amplamente utilizados pela historiografia. Da mesma forma que outras pesquisas se valem desses documentos para avançar em estudos, seja de natureza demográfica/ econômica ou de conhecimento territorial, destaca-se o uso dessa fonte primária, na presente investigação, como forma de acompanhar a fixação dos agentes na vila de São Carlos, bem como a prosperidade dos latifúndios iniciais desta família.

O engenho do Mato Dentro é recenseado, em 1807, como propriedade do tenente coronel Joaquim Aranha de Camargo e sua esposa dona Eufrozina Mathilde, com 18 escravizados<sup>14</sup>. Em 1818, o engenho do Mato Dentro contabilizava 22 escravizados<sup>15</sup>. No último recenseamento realizado para a vila de São Carlos, em 1836, a propriedade já encontra em nome do seu genro, Francisco Egídio de Souza Aranha e sua esposa Maria Luzia de Souza Aranha, com uma



produção de quatro mil arrobas de açúcar, mil arrobas de café e duzentas arrobas de algodão, e contabilizando 75 escravizados<sup>16</sup>.

O aumento significativo da mão de obra escravizada empregada nos engenhos Atibaia e Mato Dentro, com o passar dos anos, revela a prosperidade das ações de José Francisco Aranha Barreto de Camargo e Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Ademais se estrutura os agentes estudados e pertencentes à segunda geração da família Souza Aranha, sendo: Joaquim Policarpo Aranha (barão de Itapura), Manoel Carlos Aranha (barão de Anhumas), Francisco Egídio de Souza Aranha e sua esposa Maria Luzia de Souza Aranha (viscondessa de Campinas). Membros responsáveis por ampliar o patrimônio familiar e que cunham estratégias que extrapolam a estrutura mercantilista Imperial.

Esses agentes ampliam sua atuação no espaço urbano e periurbano da cidade de Campinas por meio de investimentos em companhias privadas e no mercado imobiliário (através da aquisição de imóveis urbanos), bem como no engendramento de relações familiares.<sup>17</sup> O capital produzido no meio rural é aplicado no processo de urbanização que passa a ser uma atividade rentável e que garante notoriedade a tais agentes. Materializar ações em prol de iniciativas particulares desvela uma prática de produção urbana própria ao município de Campinas.

Em nossa investigação, um agente modelador da terceira geração da genealogia Souza Aranha nos é caro. Trata-se de Joaquim Egídio de Souza Aranha (condecorado com os títulos de barão, visconde, conde e marquês de Três Rios), filho de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha. A investigação desse agente, se encontra em vias de desenvolvimento, porém sua atuação já o insere em uma lógica capitalista e vinculada a uma diversidade de investimentos.

Os RPT realizados na cidade de Campinas, entre os anos de 1854 e 1857, são compostos por 377 declarações numeradas em ordem sequencial e 382 lançamentos de propriedades. Em meio a análise desse conjunto documental completo (para informações aprofundadas sobre o estudo da série completa recomenda-se a leitura de Ferreira *et al.* (2022) constatou-se que dos 382 lançamentos, 9 declarações competem à família Souza Aranha, conforme se observa no quadro 1:

Quadro 1. Propriedades da família Souza Aranha junto às declarações dos registros paroquiais de Terras para cidade de Campinas (1854-1857) (fonte: APESP. Elaborado pelos autores).

Número do registro	Proprietário	Propriedade
7	Francisco Egídio de Souza Aranha	Fazenda Mato Dentro
8	Francisco Egídio de Souza Aranha	Sítio Marcelino
9	Francisco Egídio de Souza Aranha	Francisco Egídio de Souza Aranha
93	Francisco Egídio de Souza Aranha	Fazenda São Francisco e Lageado
156	Joaquim Egídio de Souza Aranha	Fazenda Alegre
170	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Sítio do Atibaia
171	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha	Sítio do Jaguary
256	Maria Francisca Barbosa Aranha e filhos	Terras
356	Francisco Bueno Barbosa Aranha	Terreno

O período que concerne ao levantamento das propriedades de Campinas, avoluma, segundo Bacellar (1997, p.120) o número de fazendeiros que traduzem a imagem do proprietário capitalizado e donos de diversas propriedades rurais, onde o capital é produzido, porém seus interesses começam a extravasar os negócios agrários. Dessa forma, analisar a série completa do RPT para Campinas, se fez necessário para quantificar as propriedades rurais declaradas pela família Souza Aranha.

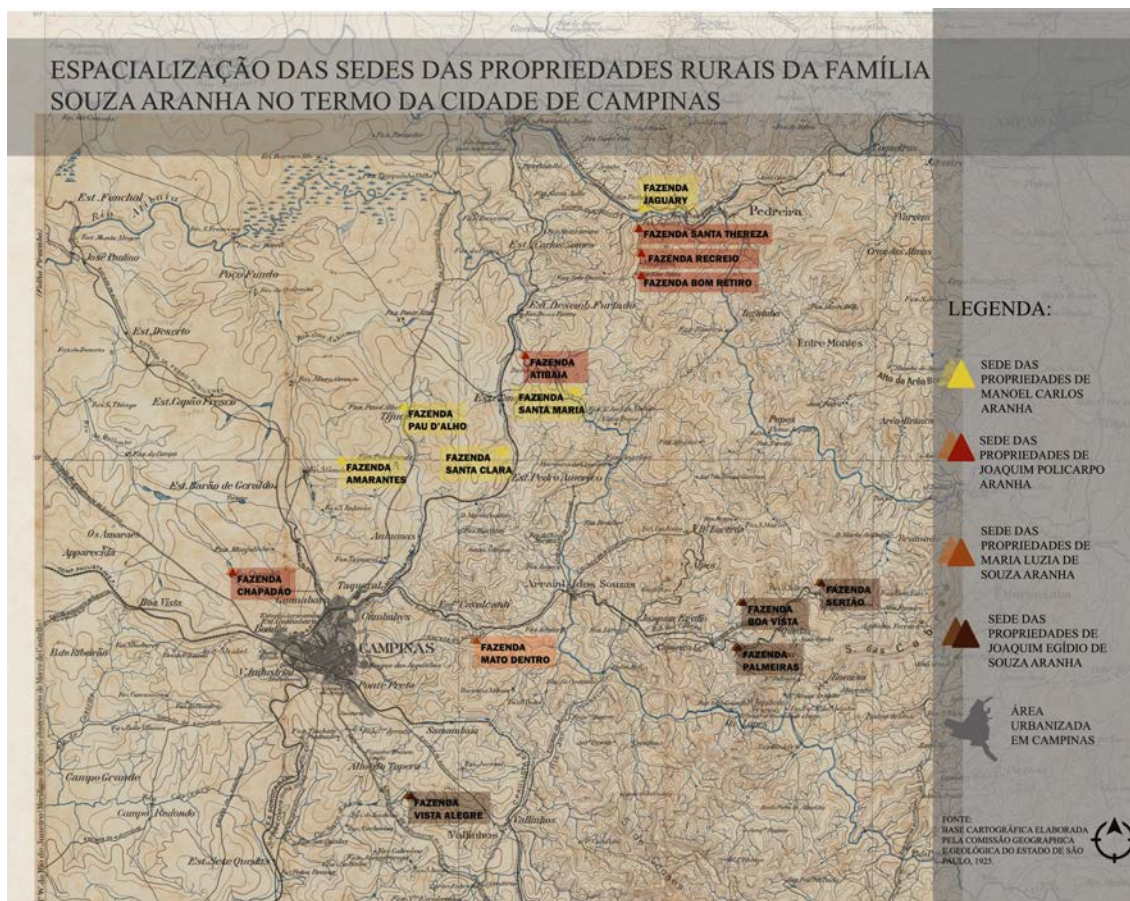
No que tange as propriedades de Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, vale um adendo que, o sítio do Jaguary, possuía terras contíguas ao engenho (e posterior fazenda) do Atibaia. Em mesma medida, o sítio Marcelino possuía divisas com a fazenda Mato Dentro, ambas declaradas como posse de Francisco Egídio de Sousa Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha.

As trajetórias individuais dos agentes da segunda geração da família Souza Aranha têm sido pauta de estudos recorrentes (RIBEIRO, 2015; MENEGALDO, 2019) e determinados aspectos comuns se destacam, como por exemplo, a escolha conjugal consanguínea reforçando uma estratégia comum à elite senhorial local, prezando pela multiplicação e sucessão do patrimônio familiar. Conforme Bacellar (1997, p.97), o casamento no contexto familiar da elite da província de São Paulo, fazia, portanto, parte de um quadro mais amplo, em que se buscava a construção, manutenção e a transmissão das fortunas. Dentro dessa estratégia, o matrimônio consanguíneo e/ou por compadrio, tratava-se de ação interessada em estreitar alianças economicamente vantajosas.

Em 1817, Maria Luzia de Souza Aranha se casa com seu primo Francisco Egídio de Souza Aranha, filho de Maria Francisca Aranha de Camargo, e do alferes Pedro de Souza Campos, e, segundo Ribeiro (2015, p.17) o engenho Mato Dentro lhes é oferecido como presente de casamento. Em 1843, Manoel Carlos Aranha, casa-se com Anna Thereza de Souza Aranha, sua prima de segundo grau. A cerimônia é realizada na fazenda Mato Dentro. Em mesma cerimônia, seu irmão Joaquim Policarpo Aranha, contrai matrimônio com a irmã de Anna Thereza, Libânia Augusta de Souza Aranha.

As práticas familiares, quando aplicadas às análises dos inventários *post mortem* dos agentes e cônjuges, pertencentes a segunda geração dessa genealogia, revelam a expansão do patrimônio e a diversificação dos investimentos. É o caso de Manoel Carlos Aranha que, em 1865, com o falecimento precoce de sua primeira esposa, Anna Thereza de Souza Aranha, casa-se com Brandina Augusta Queiroz em vinte e três de dezembro de 1865, na paróquia de Nossa Senhora da Conceição.<sup>18</sup> Matrimônio este regido pela prática do compadrio entre famílias. Como aponta Bacellar (1997, p.97), o casamento no âmbito da elite da província de São Paulo, fazia, portanto, parte de um quadro mais amplo, em que se buscava a construção, manutenção e a transmissão das fortunas.

Quando analisado, o crescimento do patrimônio de Manoel Carlos Aranha, por intermédio dos inventários *post mortem* (de sua primeira esposa Anna Thereza em 1865, e o seu, de 1894) se esclarece, por exemplo, como as práticas familiares contribuem para o fortalecimento do patrimônio (Figura 3).<sup>19</sup> Em 1865, são descritas e avaliadas cinco fazendas pertencentes ao casal: Jaguary e Atibaia (oriundas da herança do padre Aranha) e Pau d'Alho situadas no termo da cidade de Campinas e Santa Thereza (no termo de Amparo) e Ribeirão (no termo de Mogy-Mirim).<sup>20</sup> Já em 1894, são avaliadas como parte do espólio de Manoel Carlos Aranha, nove fazendas: Jaguary, Santa Clara, Pau d'Alho, Amarantes, Santa Maria e Rio da Prata situadas no termo de Campinas e São José (no termo de Mogy-Mirim), Pau a Pique (no termo de Jundiá) e um sítio denominado Louveira.<sup>21</sup>



**Figura 3.** Espacialização das sedes dos bens rurais da família Souza Aranha situados no termo da cidade de Campinas. Utiliza-se como base o levantamento cartográfico elaborado pela Comissão Geográfica e Geológica para território de Campinas em 1925. (Fonte: Editado pelos autores).

A partir da década de 1870, em Campinas, se instaura um cenário um tanto contraditório: em uma medida a cidade se posiciona como capital agrícola na produção do café; em contrapartida, o regime monárquico assinala “sinais de desgaste” no que tange a estrutura mercantil vigente, a partir do conjunto de medidas que indicam o fim da mão de obra escravizada (BIANCONI, 2002).

O grupo senhorial, residente em Campinas enxergou a abolição, como um “golpe fatal à cafeicultura” para seus negócios e, portanto, uma saída possível era injetar o capital campineiro excedente em outras atividades senão a lavoura, como uma “janela de oportunidade” em meio à crise (GOYENA SOARES, 2020, p.03). O alto excedente do capital gerado pela lavoura cafeeira, outorga a diversificação dos investimentos dos fazendeiros, que passam, portanto, a financiar a urbanização de Campinas e sua infraestrutura.

Isto posto, o investimento imobiliário, se impõe enquanto atividade crescente, onde a aquisição de imóveis urbanos com a finalidade de aluguel, passa a ser uma alternativa rentável na ampliação de investimentos.<sup>22</sup> À vista disso, Manoel Carlos Aranha, Joaquim Policarpo Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha, a partir de 1872, passam a ser relacionados, com frequência, como um dos principais proprietários de prédios urbanos, capitalistas e fazendeiros de Campinas.<sup>23</sup> Acredita-se que a atuação de fazendeiros no ramo imobiliário esteja ligada à diversificação de investimentos e geração de rendas, além das edificações destinadas à habitação própria, pois nesse espaço urbano em expansão, a locação de imóveis poderia se tornar mais uma atividade lucrativa (BIANCONI, 2002, p.67).

#### 4. Ocupação territorial e fundação de núcleos urbanos no território da freguesia de Caconde

Diferentemente do estudo de caso para o município de Campinas-SP, o presente estudo sobre Caconde transcorre em uma escala geográfica mais ampla, que considera o papel das fazendas e bairros rurais na estruturação do território da freguesia de Caconde, na década de 1850, para a formação de novos núcleos urbanos, e analisamos o território da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe, em meados do século XIX. As fontes primárias para discutir a composição desse espaço são o registro paroquial de terras da freguesia de Caconde, elaborado entre 1854 e 1856, e a lista de moradores elaborada em 1855, um documento eclesiástico endereçado ao vigário da vara de Caconde para pedir a elevação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe ao status de curada. Além desses documentos, utilizamos cartografias do início do século XX, produzidas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP), e os mapas do IBGE, produzidos entre os anos 1969 e 1973.

Em meados do século XIX, Caconde possuía o *status* de freguesia, pertencente ao termo<sup>24</sup> da vila de Casa Branca. A freguesia fora criada em 1775, quando o território, conhecido como sertão do Rio Pardo, pertencia à jurisdição da vila de Mogi Mirim.<sup>25</sup> Em 1841, com a elevação da freguesia de Casa Branca (criada em 1814) à categoria de vila, a freguesia de Caconde passou a compor o termo da nova municipalidade. A autonomia de Caconde só foi conquistada em 1864, com a elevação dessa freguesia ao *status* de vila.

Nesse amplo território, no decorrer do século XIX, outros patrimônios de capelas foram doados e originaram povoações, posteriormente elevadas aos status de capelas curadas, freguesias e vilas. O primeiro patrimônio formado no termo da freguesia de Caconde foi o do Divino Espírito Santo, doado em uma parcela de 16 alqueires de terras da fazenda do Rio do Peixe, em 1834. Seguiu-se a ele o patrimônio de São Sebastião, em 1843, doado em uma parte de terras de 33 alqueires, desmembrados da fazenda Ribeirão do Meio. O primeiro patrimônio originou a povoação do Espírito Santo do Rio do Peixe (atual município de Divinolândia-SP), e o segundo, a povoação de São Sebastião da Boa Vista (atual município de Mococa-SP). A capela do Espírito Santo do Rio do Peixe, construída em 1844 e a capela de São Sebastião, em 1846, passando a compor a rede eclesiástica da freguesia da vila de Casa Branca.

Defende-se a ideia de que mesmo fontes que versam sobre um universo essencialmente rural, como os RPT, são fundamentais para se (re)pensar o processo de formação dos espaços urbanos. Em uma sociedade extremamente ruralizada, como a freguesia de Caconde, em meados do oitocentos, as fazendas e bairros rurais desempenhavam papéis tão ou mais relevantes do que o núcleo urbano da freguesia, propriamente, por caracterizar-se, este último, como um diminuto povoado.<sup>26</sup>

Nosso método de análise entrecruza dados textuais e os espacializa em ambas as séries cartográficas, por meio do geoprocessamento em Qgis, o que nos permite trabalhar com dados de diferentes naturezas em uma mesma base espacial de análise. Além dos métodos do SIG Histórico, operamos com o conceito da toponímia: os nomes das fazendas e dos bairros rurais nos fornecem pistas para localizar as informações no espaço: a permanência dos topônimos na cartografia, em um intervalo de 65 anos, também possibilitou a criação dos mapas temáticos (Figura 4).

A categoria bairro, aliás, tornou-se central em nossa análise. Através do cotejamento dos RPT de Caconde com outros documentos coevos é possível atestar a equivalência entre os termos bairro e fazenda.<sup>27</sup> Trata-se de terras de uma mesma fazenda partilhadas por muitos proprietários, em um sistema de sociedade. O bairro pode ser tomado como uma região de contornos difusos, agregando moradores dispersos a partir de um sentido de localidade Cândido (2010).

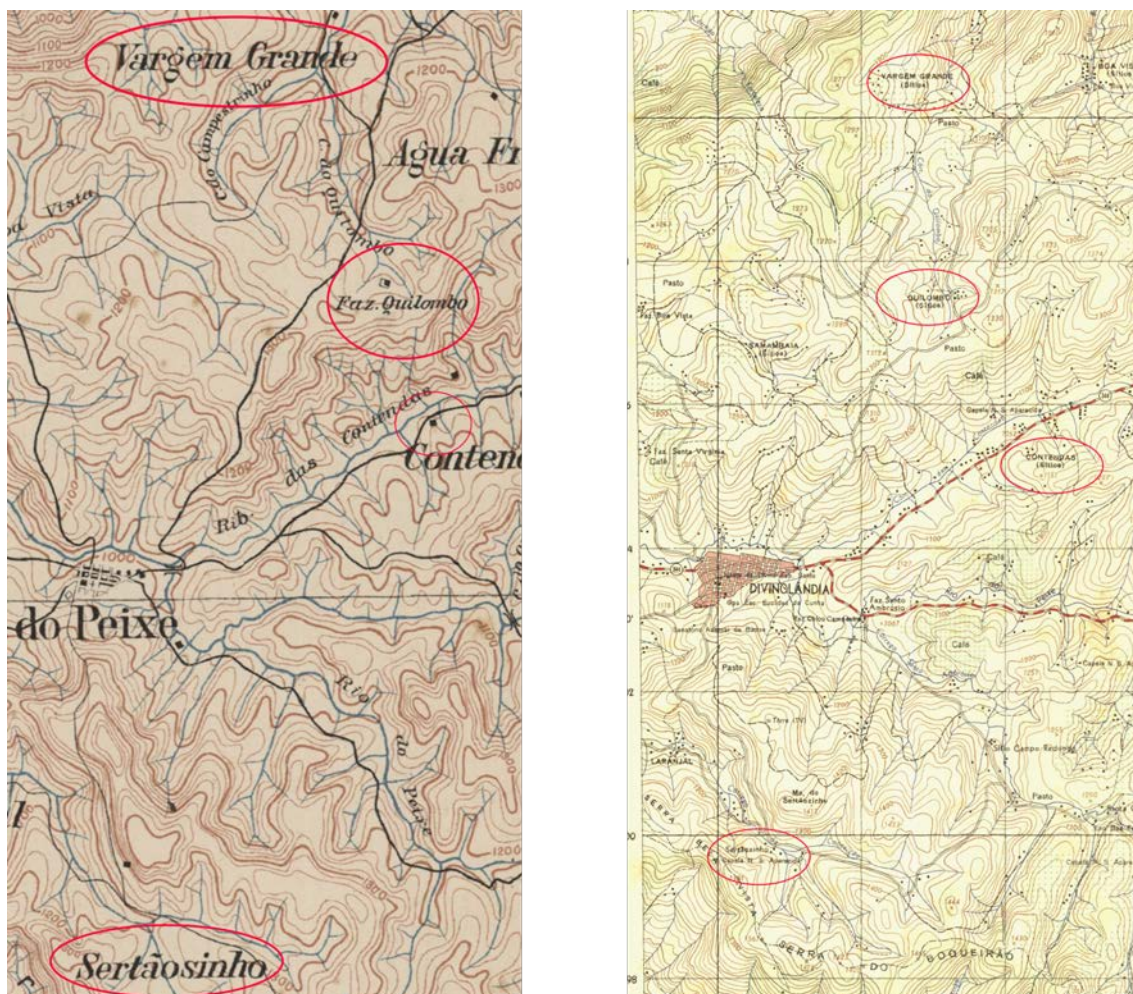
Ao espacializarmos a rede de propriedades rurais que orbitavam esses centros (Figura 5), revelamos, de um lado, a dimensão das fazendas e bairros no todo do território e, de outro, a interdependência destes para com os núcleos urbanos, não sendo possível falar em uma separação entre rural e urbano no período.

O que os RPT de Caconde nos revelam é quase exclusividade da posse coletiva de fazendas: diversos declarantes como possuidores de pequenas partes de terras em propriedades partilhadas em um sistema de sociedade.

Os livros de registros apresentam um total de 390 declarações nominais de proprietários<sup>28</sup> e 434 lançamentos de propriedades<sup>29</sup>. Espacializamos aquelas que faziam parte da aplicação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe em 1855. Algumas fazendas dessa rede se destacam como locais onde foram registradas mais declarações<sup>30</sup> para os RPT: a fazenda do Rio do Peixe (11), fazenda da Fartura (12) e a fazenda do Pinhal do Rio Pardo (21), além daquelas feitas na capela do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe (nove declarações) – à época, filial da paróquia da freguesia de Caconde.

No RPT de Caconde, havia a predominância, nas declarações, dos termos “terras”, “porção de terras”, “sorte de terras” e “partes de terras” (271 declarações) e de “alqueires” (138 declarações), que estavam localizados em fazendas. O proprietário, nesse caso, detinha a posse – exclusiva ou em sociedade com outros – de uma parcela dentro de uma fazenda. Os casos em que um declarante disse ser possuidor da totalidade de uma “fazenda” são poucos, apenas 18 declarações. Pode-se afirmar que na freguesia de Caconde havia a predominância da propriedade de partes de terras, partilhadas entre sócios em fazendas, uma lógica própria desse território. Sob esse ponto de vista, o termo fazenda assume mais de um sentido e designa um espaço coletivo, partilhado entre aqueles que o cultivavam, e não se refere apenas a um latifúndio indivisível.





**Figura 4.** À esquerda, recorte da Folha de Casa Branca, produzida pela CGGSP (1905), em escala 1:100.000; à direita, recorte da Folha de Caconde-SP, produzida pelo IBGE, em escala 1:50.000 (1970). Recorte dos autores sobre originais. FONTE: Mapoteca Digital do Exército e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em um território abrangente como o da freguesia de Caconde, o processo de transformação dos espaços rurais em urbanos ocorreu pela doação de patrimônios religiosos desmembrados de fazendas, que evoluíram, no decorrer da segunda metade do século XIX, para os estágios de capela curada, freguesia, vila e cidade. Em 1855, moradores das cercanias dessa capela requereram sua elevação ao status de curada<sup>31</sup>, elaborando uma lista com todos os aplicados à capela. Segundo Fonsenca, a aplicação configurava um território que acompanhava a capela,

A propósito, cabe lembrar que, tal como a palavra freguesia, os termos “aplicação” e “capela” não designavam apenas o edifício religioso, mas podiam remeter também a toda a zona habitada pelos fiéis que o frequentava – os “aplicados”. A “aplicação” possui, portanto, uma dimensão territorial: trata-se de uma subdivisão do território paroquial colocado sob a responsabilidade de um capelão ou vigário adjutor. (FONSECA, 2011, p. 112)

A lista nos traz um total de 2043 pessoas, sendo que 626 são escravizadas (30%). A partir do cruzamento da lista com os dados do RPT da Freguesia de Caconde, chegamos ao número total de fazendas que faziam parte da aplicação da capela,<sup>32</sup>

Analisando e cruzando as duas tipologias de documentos textuais, elaboramos uma cartografia temática para analisar a relação entre as fazendas, a rede de caminhos, as capelas e os patrimônios existentes,

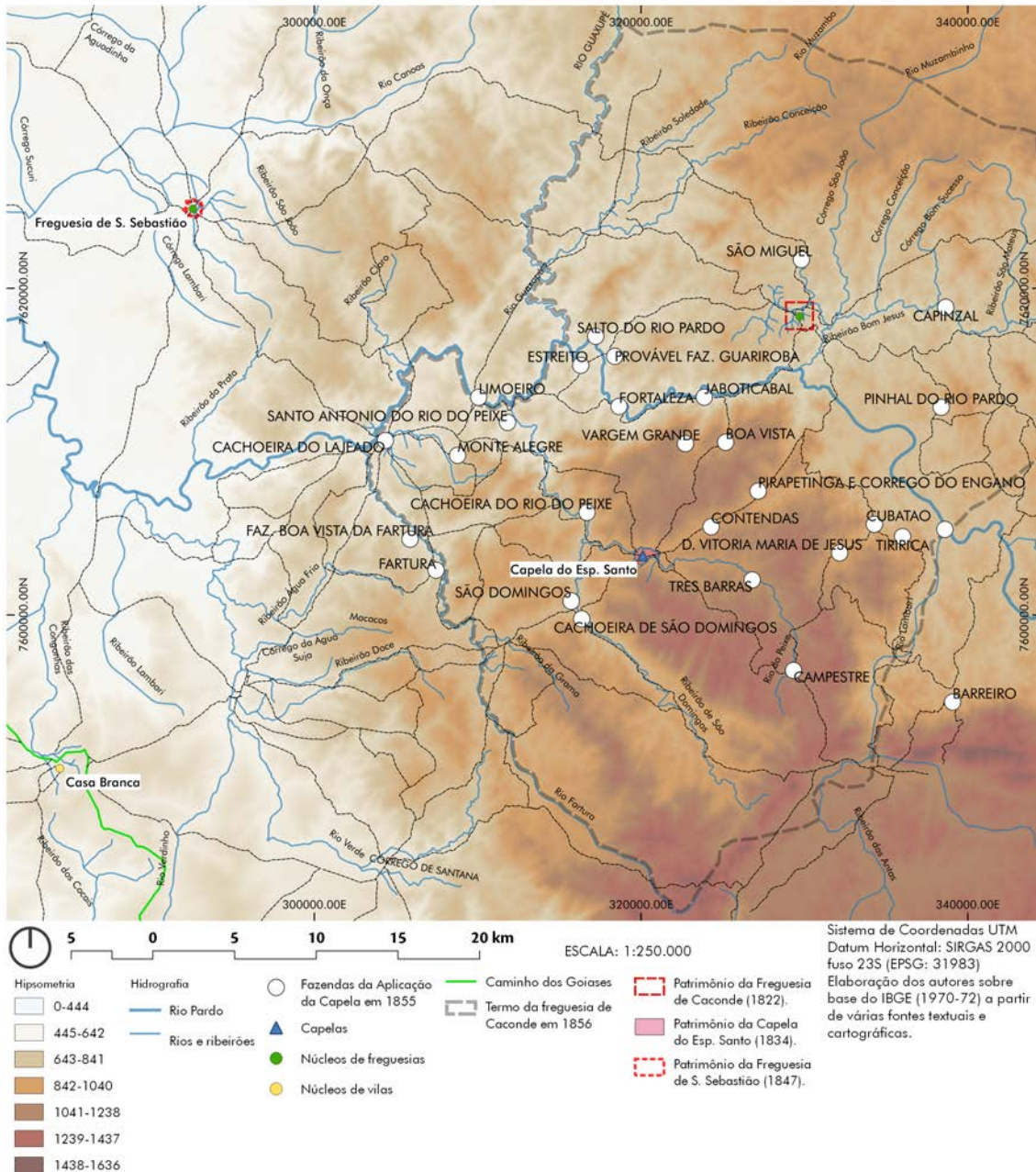


O mapa espacializado o território da capela do Rio do Peixe, em 1855, mostra a relação entre as fazendas cujos residentes frequentavam a capela do Espírito Santo do Rio do Peixe, eram “aplicados a ela”, e também demonstra a relação entre esse território difuso e o termo da freguesia de Caconde, em 1855 (Figura 5). Somente com a espacialização dos dados textuais em um SIG Histórico é que a relação entre o termo da freguesia e a aplicação da capela pode ser compreendida. O mapa também indica que algumas dessas propriedades estavam nos limites do termo da freguesia ou mesmo externas a ela, mas, mesmo assim, seu pregueses estacam aplicado à capela do Espírito Santo e não à outra igreja matriz. O mapa da Figura 6, pode sua vez, apresenta a composição da população em termos de livres e escravizados, aplicados à capela, o que configurava em território de contornos difusos, pautado por hierarquias sociais e redes de clientelismo.

O processo de elevação dessa capela ao status de curada envolveu a produção da lista de moradores, anexa ao pedido endereçado ao vigário da vara eclesiástica de Caconde, solicitando a delimitação de limites para curato que estava sendo pleiteado. O documento foi feito em 10 de maio de 1855, e revela o empenho das elites agrárias locais em pedir a criação do curato:

Essa capela foi ereta a mais de doze anos, no termo pertencente a Caconde entre esta Paróchia e as freguesias de Casa Branca, de São João da Boa Vista e da Villa de Caldas, tinha umas quatrocentas almas. **Sua povoação está sita nas margens do Rio do Peixe, no meio da mata em uma das estradas, que desta província segue para a de Minas Gerais.** A fertilidade do terreno composto de campos campestres, que são aproveitados pelos seus [...] habitadores, que constantemente se empregaram na **lavoura e criação de gado vacum, cavalar e porcos assim como na manufatura de fumos, costeiro de fábricas de açúcar, plantações de café,** que cada ano mais vão aumentando com grande vantagem para a Província e acréscimo de vendas para a Nação em a posição vantajosa em que ela se acha colocada, [...] facilidade de comunicação com uma das Províncias mais interessante do Império, qual a de Minas Gerais, e principalmente a uns poucos dias com a capital do Império São Paulo e Santos, tudo isso tem concorrido para que **a sua população tinha tido tão rápido crescimento, que hoje seu círculo conta duas mil almas, como evidencia dos documentos 2, 3, 4 e 5.** Ela está colocada no meio de quatro freguesias, a que mais perto fica na distância de três légoas e meia a quatro, que é a Freguesia de Caconde, mas intermedirão grandes terras vertentes ao Rio Pardo, que ahum de Caudalozo não tem porte, aonde tem acontecido desgraças e mortes: razão fortíssima e justa para que desejão ser desmembrada esta Capella e Curada, [...] e assim torna-se indispensável um centro e a existência ali de um sacerdote, Capelão Curado, a quem os Suplicantes recorrão nas suas necessidades espirituais com mais facilidade e livres de perigo<sup>33</sup>.

## Aplicação da Capela do Espírito Santo do Rio do Peixe em 1855



**Figura 5.** Mapa SIG das fazendas da aplicação da Capela do Esp. Santo do Rio do Peixe (1855).  
Elaboração dos autores em Qgis (2022).

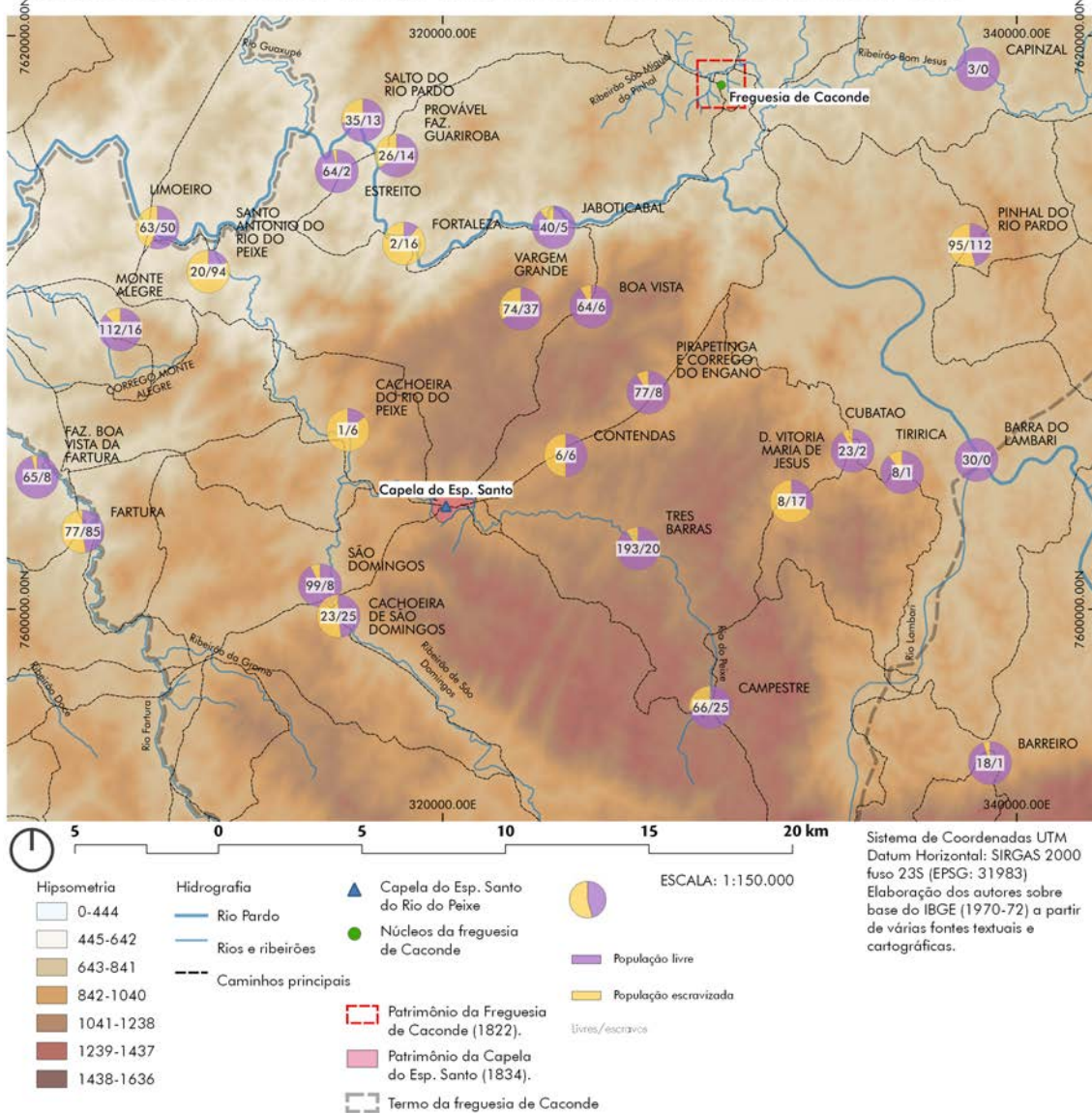
A aplicação compreendia um território mais amplo do que apenas a povoação onde estava localizada a capela. Sendo Caconde uma freguesia em 1855, seu termo continha a aplicação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe, que não havia sido elevada à categoria de curada. Os moradores listados, portanto, não pertenciam a um território com autonomia eclesiástica, mas já estavam agrupados em uma unidade dentro do território da freguesia. A aplicação continha o patrimônio e a povoação do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe, que era seu núcleo.

O mapa demonstra que três fazendas, ou bairros – São Miguel, Capinzal e Pinhal do Rio Pardo – estavam muito próximas ao núcleo da freguesia de Caconde, mas faziam parte da aplicação da capela. Além destas, a Fazenda Barreiro, cujo núcleo estava localizado no termo da Vila de Caldas, possuía um amplo território, no qual alguns de seus moradores estavam aplicados à capela do Rio do Peixe, mostrando que as fronteiras entre termos de freguesias e vilas não eram um impeditivo aos habitantes que, porventura, desejassem frequentar outra capela. A rede

eclesiástica, nesse território, estava polarizada pela igreja matriz da Freguesia de Caconde, pela capela do Espírito Santo do Rio do Peixe e pela capela curada de S. Sebastião da Boa Vista, filial à paróquia de Casa Branca.

A espacialização conjectural dos principais caminhos, permite-nos supor que não havia sequer uma propriedade que não estava conectada a essa trama polarizada pelas capelas.

População livre e escravizada da aplicação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe em 1855.



**Figura 6.** Mapa da população livre e escravizada da aplicação da capela do Espírito Santo do Rio do Peixe, em 1855. Elaboração dos autores em Qgis, a partir de Ferreira (2022).

Com relação aos escravizados, em cada bairro ou fazenda, <sup>34</sup> é possível tecer algumas conclusões (Figura 5). As fazendas com mais de 50 escravizados (Pinhal do Rio Pardo, Fartura, Santo Antônio do Rio do Peixe e Limoeiro) pertenciam aos potentados locais, maiores proprietários. Excetuando-se as fazendas com mais de 50 escravizados, no geral observamos que as demais apresentam poucos escravizados, regulando em torno de 15 a 20, e grande quantidade de agregados. Essa é uma característica da região nesse período: núcleos familiares compostos de poucos escravizados e alguns agregados que, no espaço coletivo dos bairros rurais, provavelmente compartilham sua força de trabalho.

Acompanhando a lista de moradores de 1855, há um despacho que esclarece o objetivo da listagem:



Incluso achará V.S a lista que de nos exigiu tracemos da população que aqui existia, e do número que alcançou a 1573, faltando as seguintes famílias únicas que nos lembramos = Cap. Negrão = Manoel Alves = Joaquim de Souza Pinto = filhos do Cap. Félix e viúva do m.mo = Manoel Cardozo da Silva = Manoel Pereira da Silva = todos os Gomes Nogueira e seus vizinhos da Vargem Grande = Manoel e José Ferreira Pinto, Pedro Brandão e [ilegível] = João Dias do Prado = Moisés Ferreira de Macedo; além das que lhe pertence e outras que V.S. delas será sabedor, persuadimo-nos que com ellas completará o n.º. de 2\$000 que V.S. deseja. Desejamos que se acha restabelecida a sua saúde, p.a mandar a quem prezamos. V.S [ilegível] que todo era escrito pela mesma letra, pode fazer voltar acompanhada da relação que se fizer copiar. Flávio Secundo de Salles. Joaquim Alves Moreira. Ilmo. Cap. Thomaz José de Andrade sua fazenda (Relação dos habitantes...*op. cit.*, fl. 1).

O documento é assinado por Flávio de Salles, Joaquim Alves Moreira e o Capitão José de Andrade, moradores em Caconde. O primeiro e o segundo eram proprietários de terras nas fazendas São Miguel, São Gonçalo e Cocais, respectivamente. Já o Capitão Thomaz José de Andrade era senhor de grande quantidade de terras nas fazendas Santo Antônio do Rio do Peixe, Cachoeira do Rio do Peixe, Barra do Rio do Peixe, Limoeiro e Fazenda Salto. Joaquim Alves Moreira ocupou vários cargos civis e eclesiásticos em Caconde.<sup>35</sup> No RPT daquela freguesia, contemporâneo ao documento que analisamos, Joaquim Alves aparece várias vezes assinando a rogo de declarantes.<sup>36</sup>

No documento supracitado fica clara a preocupação do vigário da vara de Caconde de que a população deveria prover o mínimo de 2\$000 (dois mil réis), provavelmente para o sustendo da nova capela. A igreja necessitava se assegurar de que uma nova capela no termo da freguesia seria autossuficiente, provendo recursos a forma de emolumentos eclesiásticos origundos dos aplicados que a frequentavam. Esse é um dos motivos para a o pedido de delimitação de um território da capela (curato), e da grande extensão de seus limites, como demonstrado pelos mapas temáticos produzidos.

A elevação da capela do Rio do Peixe ao status de curada ocorreu em 1856. A lei Provincial de 28 de março de 1865 elevou a capela do Rio do Peixe à categoria de freguesia<sup>37</sup>, no termo da Vila de Caconde. Malgrado sua importância na rede urbana da Vila de Casa Branca, esse núcleo urbano permaneceu durante todo o período imperial com o status de freguesia. Mesmo no período republicano a localidade não alcançou sua autonomia administrativa, sendo elevada a distrito do município de São José do Rio Pardo em agosto de 1898<sup>38</sup>. A criação do município ocorreu somente em 1953<sup>39</sup>.

## 5. Considerações finais: a importância da pesquisa documental.

A análise sistemática da documentação primária e a busca pelo cruzamento de informações produz uma complexidade desejável no estudo do processo de formação territorial e da caracterização dos agentes sociais. Compreendendo que cada documentação lança luz sobre determinados agentes e aspectos espaciais da rede urbana, uma visão de conjunto só pode ser alcançada quando se trabalha com diferentes séries documentais. À primeira vista sem uma evidente afinidade, os documentos, se analisados em conjunto, mostram uma relação de complexidade e complementaridade.

Os RPT foram utilizados para os estudos de caso de Caconde e Campinas, e são um tipo de documento primário que lança luz sobre determinados agentes, proprietários de terras, excluindo outros, que também estavam presentes território. No caso de Caconde, os RPT cotejados junto à lista de moradores da aplicação da capela revelaram um arranjo muito peculiar sobre a propriedade coletiva das fazendas e dos bairros rurais, evidenciando a presença da população escravizada que não é representa nos RPT. A espacialização dos dados, por sua vez, mostrou que o território da capela, ou seja, a “aplicação” possuía contornos difusos, formados pela localização dos fregueses no território.

A análise da trajetória dos agentes modeladores ligados ao caso de estudo da família Souza Aranha, em Campinas no século XIX, revela pontos convergentes em suas atuações individuais.

As estratégias alçadas pelos agentes da genealogia dos Souza Aranha se desdobram em ações múltiplas: em investimentos privados (observados no financiamento e aplicação de ações em companhias privadas e no mercado imobiliário de aluguel de imóveis urbanos), em acordos familiares (nos arranjos matrimoniais através do casamento consanguíneo e por meio do compadrio que reforçam o acúmulo fundiário). Sob essa esfera, as fontes primárias são fundamentais para que haja a identificação das formas no território que revelam como o capital é aplicado além da fluidez no agenciamento espacial por meio destes agentes.

A intenção em apresentar estratos das investigações em desenvolvimento tem o intuito de contribuir para o alargamento de abordagens formais de processos urbanos, instigando análises que colaborem no esclarecimento dos processos de urbanização da cidade de Campinas, entendidos, ao longo do século XIX, como fruto de iniciativas individuais, e que possam ser aplicadas para outras localidades do interior paulista, por exemplo. Ainda nesse sentido, o método empregado permite enxergar como essas práticas individuais modelaram a forma urbana do município.

Destaca-se, através dos casos apresentados, o quão complexo é lidar com fontes primárias, e a necessidade de uma análise crítica e ampla sobre a compreensão documental indo além do seu caráter textual. Compreendendo que a complexidade envolvida no processo analítico é interessante na ótica de avançar nos estudos precedentes sobre História Urbana. Ademais, o cotejamento de uma série com outras fontes, contribuem para as análises espaciais e para abrir novas perspectivas investigativas.

Procuramos demonstrar, com o presente artigo, que o ato de espacializar dados textuais em mapas pode significar dar um passo além: questões pouco claras saltam aos olhos quando as informações espaciais implícitas nos documentos ganham visualização. Nesse caso, o mapa não serve como ilustração da pesquisa, mas como instrumento da formulação de novas perguntas; a depender da forma de interpretação, de visualização, os objetos assumem novas feições.

## 7. Referências bibliográficas

ABRAHÃO, Fernando Antônio. **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2015.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de Memória -Unicamp CMU, 1997.

BIANCONI, Renata. **Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em campinas (1870-1905)**. Dissertação (mestrado), Instituto de Economia, UNICAMP, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. p. 10-29. (Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil, t. 17, pt. 2). Disponível em: <https://bit.ly/3g9qsWy>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais, e de estrangeiros, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. p. 307-313. (Coleção das Leis do Império do Brasil, t. 11, pt. 1). Disponível em: <https://bit.ly/3g9qsWy>. Acesso em: 22 dez. 2022.

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BUENO, B. P. S., ARRAES, E. A., MOURA, N. M., BORSOI, D. F. (2018, setembro) “Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais”. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v.10 (n.1), p.4-53.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São Paulo (1809-1950)**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2016<sup>a</sup>.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Introdução”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 11-40, 2012. DOI: 10.1590/S0101-47142012000100002.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Introdução”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 29, p. 1-9, 2021. DOI: 10.1590/1982-02672021v29d1e29.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista?** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HISTÓRIA URBANA, 1., 2016b, Santiago. Anais [...]. Santiago: Associação Ibero-americana de História Urbana, 2016b. p. 825-834. Disponível em: <https://bit.ly/3wocqZ8>. Acesso em: 17 maio 2022.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. “Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana”. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 242-262, 2017. DOI: 10.20396/labore.v11i3.8649556.
- CAMPANHOLE, ADRIANO. **Memória da cidade de Caconde: freguesia antiga de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo**. São Paulo: Gráfica Latina; Adriano Campanhole, 1979.
- CÂNDIDO, ANTÔNIO. **Parceiros do Rio Bonito**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- FERREIRA, Rafael Augusto Silva. **À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2022.
- FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso; MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. “Fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos: estudo comparativo do léxico fundiário nos registros paroquiais de terras da freguesia de Caconde e do município de Campinas, na província de São Paulo (1854-1857).” **Anais Do Museu Paulista: História e Cultura Material**, 30, 1-71. <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30e41>
- FERREIRA, Rafael Augusto Silva. **Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do Sertão do Rio Pardo, 1775-1865**. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2017.
- FONSECA, CLÁUDIA DAMASCENO. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- GHIRARDELLO, NILSON. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- GOYENA SOARES, Rodrigo. “Racionalidade econômica, transição para o trabalho livre e economia política da abolição: a estratégia campineira (1870-1889)”. **HISTÓRIA (SÃO PAULO)** v. 39, p. 1-30, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3QOmTFI>> Acesso em janeiro de 2022.
- LAGUARDIA, RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA. Análise comparativa dos Registros de Terras de Santo Antônio do Paraibuna e São Sebastião de Ponte Nova e suas informações Georreferenciadas. In: *Paisagens e georreferenciamento: história agrária e arqueologia*. São



Paulo; Ilhéus: Annablume; NEPAB/UESC, 2015. p. 143–162.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900.** São Paulo: Edusp, 1996.

LEPETIT, BERNARD. **Por uma nova história urbana.** 2ª ed. rev ed. São Paulo: Edusp, 2016.

MARQUESE, R. de B.; DA SILVA JÚNIOR, W. L. “Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3OEwbBG>> Acesso em junho de 2022.

MENEGALDO, Ana Beatriz F.; PEREIRA, Renata Baesso. **Do Texto ao Traço: o cruzamento de documentação primária para reconstituição conjectural do espaço urbano de Campinas (SP) no século XIX.** Revista Labor & Engenho, Campinas, SP, v.16,1-14, 2022.

MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. **ENTRE O RURAL E O URBANO: o Barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902).** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2019.

OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de. Inventários *post-mortem*: documentos de vivências senhoriais. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize. *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia de Interiores.* Instituto de História da Arte (IHA), 2014.

PEREIRA DA SILVA, Gustavo. “A formação familiar do complexo cafeeiro: a rede familiar e os investimentos dos Lacerda Franco na economia Paulista (1847-1893)”. 2013. **Saeculum-Revista de História** [29]; 189-207.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O Historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2021.

REIS FILHO, NESTOR GOULART. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720).** São Paulo: Livraria Pioneira; Edusp, 1968.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. “AÇÚCAR, CAFÉ, ESCRAVOS E DINHEIRO A PRÊMIO: CAMPINAS, 1817-1861”. **Resgate.** Vol. XXIII, n.29- jan-jun2015.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

VASCONCELOS, PEDRO DE ALMEIDA. Os agentes modeladores das cidades coloniais. In: *Explorações Geográficas.* São Paulo: Bertrand, 1997. p. 10–25.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: PESSOTTI DE SOUZA, Luciene; RIBEIRO, Nelson Porto (orgs.). *Urbanismo Colonial Vilas e Cidades de matriz portuguesa.* Rio de Janeiro: PoD Editora, 2009, p.10-25.

---

<sup>1</sup> Pesquisas desenvolvidas junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da PUC Campinas, por Ana Beatriz Fernandes Menegaldo (em desenvolvimento) e por Rafael Augusto Silva Ferreira (2022), a nível de doutoramento, sob orientação da professora Dra. Renata Baesso Pereira.

<sup>2</sup> Recomenda-se a leitura de Ferreira *et al.* (2022).

<sup>3</sup> O método explorado, compreende a cidade e a materialidade na ocupação do território enquanto artefato, produto e vetor da ação humana e, dessa forma, como peça privilegiada para os estudos da História Urbana (Bueno, Arraes, Moura & Borsoi, 2018).

<sup>4</sup> Pesquisa de doutorado em desenvolvimento desde 2020.

<sup>5</sup> Ferreira *et al.* (2022) e Ferreira (2017, 2022).

<sup>6</sup> Inspirado nas palavras de Bueno, 2006, p.13

<sup>7</sup> Para o estudo do território de Caconde, o software utilizado para criar as bases espaciais é o Qgis, enquanto para cidade de Campinas, utiliza-se uma base modelada em AutoCAD e *rasterizada* no Photoshop.

<sup>8</sup> De modo geral, o inventário judicial é composto de um termo com data de autuação de uma petição inicial, informando a morte do inventariado ou inventariada. Segue dessa abertura uma lista com a titulação dos herdeiros, comumente cônjuges ou filhos naturais. Em certas ocasiões anexava-se o testamento com as últimas vontades do falecido. Após a juntada de procurações e outras possíveis solicitações, nomeava-se o inventariante- a pessoa incumbida de acompanhar o trâmite processual até seu final. Em seguida, nomeavam-se os peritos encarregados de descrever e avaliar monetariamente cada propriedade, direito e obrigação do inventário. As propriedades ou bens eram comumente apresentados em ordem de importância, sendo comum observar, em primeiro lugar, os de raiz ou imóveis e suas benfeitorias. Depois seguiam ouro, prata, joias, mobiliário, utensílios domésticos e de profissão e a avaliação individual dos escravos. A etapa seguinte consistia no orçamento e na definição do montante bruto (monte mor) de passivos (incluindo dívidas, tributos e custos processuais), e do montante líquido (monte menor) a ser partilhado. Finalizava-se um inventário após a partilha das meações do cônjuge e dos herdeiros (ABRAHÃO, 2015, p.22).

<sup>9</sup> A quantidade de documentos primários consultados para esta investigação é bastante vasta, bem como a natureza dos mesmos. Entre as principais séries consultadas destacamos o manuseio dos RPT para a cidade de Campinas bem como a consulta dos inventários post mortem. Para que o dado textual bruto (originalmente não vinculado a uma perspectiva de análise de traço urbano ou territorial) alcance novas interpretações referentes a trans(formação) do território e do espaço urbano de Campinas, procede-se ao cruzamento entre informações. Posteriormente, para que seja possível a espacialidade, recorre-se a utilização de alguns softwares (vetor e raster) que contribuem amplamente para analisar os documentos e para apresentar os resultados das interpretações, a respeito da produção do espaço urbano a partir das práticas dos agentes modeladores.

<sup>10</sup> Fonte: APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Tombamento de Bens Rústicos de 1818 para Vila de São Carlos, 5 fls.

<sup>11</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista Nominativa de Habitantes para vila de São Carlos de 1817 216 fls.- fls. 32 e 40. Campinas. Ref. 027\_003. Disponível em: <<https://bit.ly/31Yw2X3>>. Acesso em março de 2021.

<sup>12</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maço de população de 1836, p.36 Campinas. Ref. 027-013 Disponível em: <<https://bit.ly/3wDisU8>> Acesso em março de 2017.

<sup>13</sup> CMU, Centro de Memória- Unicamp. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário, 1839 Ofício 01, Caixa 89. Processo: 0270.

<sup>14</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista Nominativa de Habitantes para vila de São Carlos de 1807, 210 fls. Campinas. Ref. 026\_002. Disponível em: <<https://bit.ly/3C9ddg6>>. Acesso em março de 2021.

<sup>15</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista Nominativa de Habitantes para vila de São Carlos de 1818 191 fls. Campinas. Ref. 027\_004. Disponível em: <<https://bit.ly/3ChVKck>>. Acesso em março de 2021.

<sup>16</sup> APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maço de população de 1836, p.85 Campinas. Ref. 027-013 Disponível em: <<https://bit.ly/3wDisU8>> Acesso em março de 2017.

<sup>17</sup> Manoel Carlos Aranha, foi acionista das seguintes companhias: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (linha de Santos), Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco dos Lavradores, Banco de São Paulo, Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Companhia Jardim de Aclimação, Zoologia e Botânica, Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora, Companhia Cortume de Vila Nova (Santos), Companhia Farmacêutica de Santos, Câmara Municipal de Campinas (ações da cidade de Campinas), Companhia de Seguros e Providência Ranchista, Teatro São Carlos, Companhia Hipódromo Campineiro, Companhia Carris de Ferro Campineira, Companhia Engenho Central Porto Feliz e Associação Mogiana “Club Semanal” (CMU, 1894). Já Joaquim Policarpo Aranha possuía investimentos na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, na Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, em Letras da cidade de Campinas, Companhia Carris de Ferro Campineira e na Dívida Pública do Estado (CMU, 1902).

<sup>18</sup> Aos vinte e três de Dezembro de mil oito cento e sessenta e cinco, depois de dispensados nas proclamas e mais diligências que deviam preceder ao Matrimônio, e perante a mim receberão em matrimônio Manoel Carlos Aranha e Blandina Augusta de Queiroz. Foram testemunhas Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Egidio Pereira Aranha e na mesma ocasião foram feitos os votos nupciais. FAMILYSEARCH, Livro de Registro de Matrimônio de 1861- jan. 1866. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Campinas. Disponível em: <<https://bit.ly/3n5vuWF>>. Acesso em junho de 2022.

<sup>19</sup> Para compreensão dos bens rurais e do patrimônio individual dos outros agentes recomenda-se a leitura de Menegaldo (2019) e Menegaldo e Pereira (2022).

<sup>20</sup> CMU, Centro de Memória- Unicamp. Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1865. Ofício 02, Caixa 401, Processo 7021.

<sup>21</sup> CMU, Centro de Memória- Unicamp. Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de 1894. Ofício 03, Caixa 511, Processo 7686, vol.01.

<sup>22</sup> Em mesma medida, e ainda que não seja o centro deste trabalho, vale enfatizar que a partir da análise dos imóveis urbanos se faz possível a localização das principais residências urbanas dos agentes da família Souza Aranha.

<sup>23</sup> Dados consultados a partir dos Almanques para a cidade de Campinas, dos anos de 1872, 1873, 1878, 1879, 1886 e 1888. Estes volumes se encontram arquivados junto a biblioteca do Centro de Memória- Unicamp (CMU).

<sup>24</sup> Termo é a expressão utilizada, nos períodos colonial e imperial, para designar a porção territorial sob o controle de uma sede de freguesia ou de uma vila. A elevação do status de freguesia para vila, conquistando a autonomia administrativa, implicava a necessidade de delimitação do termo da vila, ou seja, do território sob o controle político e administrativo do conselho da câmara criada com esse ato. Uma vila poderia conter uma ou mais freguesias, que tinham cada qual o seu termo, compondo o termo da vila. Nesse caso, há diferença entre a freguesia (circunscrição territorial) e a paróquia, núcleo urbano onde se localizava a igreja matriz e que correspondia ao conjunto de fregueses reunidos sob a autoridade de um padre.

<sup>25</sup> Sobre o processo de ocupação territorial do sertão do Rio Pardo e da formação da rede urbana da freguesia de Caconde, cf. Ferreira (2017, 2022).

<sup>26</sup> Em nossa pesquisa de doutorado, transcrevemos e analisamos os dados dos Registros paroquiais de Terras de Caconde e Casa Branca. Cf. Ferreira (2022)

<sup>27</sup> Para um aprofundamento sobre a questão, ver: Ferreira *et al.* (2022).

<sup>28</sup> Declaração é o termo usado para descrever o registro da propriedade no registro paroquial de terras, segundo o artigo 93 do decreto de 1854 (BRASIL, 1854, p. 26).

<sup>29</sup> Isso se deve ao fato de uma única declaração possuir, muitas vezes, mais de uma propriedade declarada em nome de um proprietário.

<sup>30</sup> Segundo a lógica do registro empregado nos RPT, o possuidor da propriedade deveria levar sua declaração ao vigário da paróquia, em duas vias, para que fosse registrada nos livros competentes. Era comum anotar o local onde havia sido redigido o texto da declaração, em uma fazenda, por exemplo.

<sup>31</sup> Quando a capela passa a dispor de um pároco próprio para administrar os sacramentos aos fregueses.

<sup>32</sup> São elas: 1. Barra do Lambari; 2. Barreiro; 3. Boa Vista; 4. Boa Vista da Fartura; 5. Cachoeira de São Domingos; 6. Cachoeira do Campestre e S. Domingos; 7. Cachoeira do Rio do Peixe; 8. Campestre das Três Barras; 9. Capinzal; 10. Contendas; 11. Córrego do Engano; 12. Cubatão; 13. Distrito; 14. Estreito; 15. Fartura; 16. Fortaleza; 17. Guariroba; 18. Jaboticabal; 19. Limoeiro do Rio do Peixe; 20. Monte Alegre; 21. Pinhal; 22. Pirapitinga e Córrego do Engano; 23. Ribeirão de Santo Antônio; 24. Rio do Peixe; 25. Rio do Peixe das Cabeceiras do Campestre; 26. Salto do Rio Pardo; 27. Santo Antônio do Rio do Peixe; 28. São Domingos; 29. São Miguel; 30. Tiririca; 31. Três Barras; e 32. Vargem Grande.

<sup>33</sup> LIVRO de Registro de Provisões (1851-1857). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Manuscrito. localizador nº 01.02.026, 1855, fls. 22 e 22v, grifos nossos.

<sup>34</sup> Através do cotejamento dos registros paroquiais de terras de Caconde e Casa Branca com outros documentos coevos é possível atestar a equivalência entre os termos bairro e fazenda. Trata-se de terras de uma mesma fazenda partilhadas por muitos proprietários, em um sistema de sociedade. No registro paroquial de terras de Casa Branca, as palavras bairro e fazenda aparecem alternadamente para designar uma mesma propriedade, demonstrando a equivalência dos termos. O bairro pode ser tomado como uma região de contornos difusos, agregando moradores dispersos a partir de um sentido de localidade. Para um aprofundamento sobre a questão, ver: Ferreira (2022).

<sup>35</sup> De acordo com Campanhole, Joaquim Alves Moreira foi o primeiro escrivão de paz e da vigaria da vara de Caconde (o que explica sua função de escrevente no RPT), além de servir no cargo do 1º Juiz de Paz da Freguesia. Joaquim Alves Moreira era natural de Airuoca, Minas Gerais, nascido em 1796, filho de Hipólito Alves Moreira. Segundo Campanhole, foi Fabriqueiro da Igreja Matriz de Caconde, tendo assinado a petição para a restauração da Freguesia, que se deu em 1820, através de uma provisão para ereção da nova matriz, concedida pelo Bispo D. Matheus de Abreu Pereira (CAMPANHOLE, 1979, p. 185). Instalou-se na Fazenda Conceição com seu pai em 1818, vindo a falecer no ano de 1875 (*idem.*, p. 244). Figura política importante, fez parte da composição da primeira Câmara Municipal em 1864 (*ibid.*, p. 209).

<sup>36</sup> Assinar a rogo significa “a pedido” de outrem, que não poderia fazê-lo por não saber escrever ou por se encontrar impedido, por qualquer motivo. Não deve ser confundida com as declarações assinadas por procuração.

<sup>37</sup> Lei nº 25, de 28 de Março de 1865. Disponível em: <<https://bit.ly/3uynBhm>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

<sup>38</sup> Lei n. 558, de 20 de agosto de 1898. Disponível em: <<https://bit.ly/3E4qWY5>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

<sup>39</sup> Lei Estadual nº 2456, de 30 de dezembro de 1953. Disponível em: <<https://bit.ly/3vfgGj>>. Acesso em: 23 jul. 2022.